

# O DOCUMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica\*

Rodrigo Rabello\*

## RESUMO

A abordagem histórico-conceitual se faz relevante num momento em que se observam intentos de sistematização e de aprofundamento teórico da Ciência da Informação (CI), com preocupações marcadamente epistemológicas. Considerando esse universo investigativo, observou-se que o conceito *documento* apresenta uma posição privilegiada na “cintura protetora” do “programa de investigação científica” de Imre Lakatos, adaptado à CI por Miguel Rendón Rojas. Identificou-se, todavia, que, muitas vezes, o documento fora abordado na CI de forma imprecisa, principalmente, quando não foram sopesados aspectos conceituais relacionados, ora pela tradição, ora pela inovação. Tendo em vista o objeto de estudo e a problemática identificada, recorreu-se às disciplinas História, Diplomática e Documentação por serem importantes para uma abordagem histórico-conceitual, justamente por reunirem esforços anteriores à CI para o estudo do documento. A investigação dessas disciplinas se justificou a partir da hipótese de que elas influenciaram e/ou contribuíram para a aceção de documento como uma categoria no universo teórico da CI. Dessa conjectura, objetivou-se realizar um estudo histórico-conceitual para apreender em que medida as disciplinas analisadas contribuíram para a aceção de documento na CI e compreender a natureza e a abrangência do conceito na CI, quando pensado a partir de uma perspectiva social, que contemplasse a relação dinâmica entre tradição e inovação no seu quadro teórico. Para tanto, configuram-se tradição e inovação como categorias antitéticas de análise inspiradas naquelas que compõem a *Historik* de Reinhart Koselleck e que representam, respectivamente, “índices de realidades” e “perspectivas de futuro” do conceito *documento*, se pensadas, sobretudo, a partir do método da história dos conceitos, criado pelo referido autor. Argumentou-se que o recurso histórico-conceitual fora imprescindível para que tal enunciação pudesse ser justificada. Com tal abordagem, chegou-se a aspectos essenciais que ajudaram a remontar a tradição e a inovação do conceito estudado no contexto disciplinar da CI.

**Palavras-chave:** Documento. História dos Conceitos. Epistemologia. Ciência da Informação.

## 1 INTRODUÇÃO

A atual priorização dos estudos com ênfase na abordagem profissional (prática e técnica) em detrimento daquelas de cunho epistemológico, evidencia um significativo problema para pensarmos a construção teórica e conceitual da Ciência da Informação (CI) e,

---

\* O presente texto traz parte dos resultados da tese de doutorado “A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação” (RABELLO, 2009), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília. Esta pesquisa foi desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães e co-orientação do Prof. Dr. Juan Carlos Fernández Molina e foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

com efeito, para entendermos o seu processo de disciplinarização e de busca por maior consistência científica.

Defendemos e procuramos evidenciar a importância dos estudos de natureza histórico-conceitual para elucidar aspectos do desenvolvimento teórico da CI. Para tanto, analisamos o conceito *documento* a partir da constatação de que este faz parte do quadro teórico do *programa de investigação* da CI, proposto por Miguel Rendón Rojas (2005) e de que traz consigo requisitos histórico-conceituais básicos para ser objeto de análise no âmbito da *história dos conceitos*, método historiográfico idealizado por Reinhart Koselleck (1992).

No caso específico do estudo histórico-conceitual proposto, observamos que o aspecto categórico (e polissêmico) do *documento*, na esfera teórica da disciplina, não tem sido contemplado. Temos notado na literatura acadêmica uma sobrevalorização das discussões acerca da “*inovação* do suporte da informação” em sobreposição àquelas que ajudam a explicar a dimensão social do documento que apreciem a *tradição* e a *inovação* no campo teórico e filosófico. A carência do cotejo entre *tradição* e *inovação* tem implicado, por conseguinte, a dificuldade de compreensão da relação dinâmica (e sob tensão) entre estas duas dimensões para o processo de construção teórico-conceitual da disciplina.

À luz da problemática levantada, objetivamos apreender em que medida disciplinas como História, Diplomática e Documentação contribuíram para a aceção de documento na CI. Argumentamos que aquelas disciplinas reuniram esforços anteriores a esta última para a investigação do *documento*. Essa situação remete ao objetivo específico de compreender a natureza e a abrangência do conceito *documento* na CI quando pensado a partir de uma perspectiva social e da relação dinâmica entre *tradição* e *inovação* no seu quadro teórico-conceitual. Tais objetivos foram orientados pela hipótese central de que o *documento* se configura como uma categoria no quadro teórico da CI.

Este estudo partiu do horizonte interpretativo da *história dos conceitos* de Koselleck (1992, 1997, 2006). Esse autor relacionou a perspectiva filosófica ao plano teórico e metodológico da História (ALBERTI, 1996; PEREIRA, 2004; CASTELO BRANCO, 2006) de modo a contextualizar uma plataforma epistêmica à referida abordagem, buscando subsídios teóricos em filósofos hermenêuticos como Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. Salientamos a importância de Heidegger e do seu conceito de *Dasein*, pois esse foi o ponto de partida para a adaptação e a criação das *metacategorias* históricas transcendentais – *espaços de experiência* e *horizontes de expectativa* – as quais levaram Koselleck a propor cinco pares de categorias, também transcendentais, que ajudam a entender a história como possibilidade, como especulação, a saber: 1) oposição entre “inevitabilidade da morte” e

possibilidade de “matar ou ser morto”; 2) oposição entre “amigo” e “inimigo”; 3) oposição entre “dentro” e “fora”, tendo como derivação a oposição “público” e “privado”; 4) a “geratividade”, ou seja, o choque entre gerações; e 5) oposição entre “senhor” e “servo”.

Tais categorias fariam parte da *Historik* e a justificariam como uma “ciência teórica transcendental”. O caráter diferencial da *Historik* seria o seu transcendentalismo à hermenêutica já que representa as “estruturas de finitude” presentes na oposição dos pares antitéticos, cuja característica é de oposição e inseparabilidade das categorias, ou seja, de divergência e interdependência destas. Com isso, podemos dizer que a *Historik* se situa no plano filosófico e ajuda a organizar outros dois níveis, no plano científico: a) *Geschichte*, ou seja, a História factual ou História disciplina; e b) *Historie*, isto é, a arte de apresentação ou da narrativa (KOSELLECK, 1997).

Portanto, sob a influência das metacategorias e das categorias da *Historik*, chega-se ao plano científico-disciplinar, em que a interpretação das fontes se faz necessária. É nesse momento que a *história dos conceitos* adquire posição estratégica, num plano marcadamente hermenêutico. Para a proposição dessa abordagem, Koselleck partiu da tese de que a diacronia está contida no uso sincrônico do conceito, ou seja, com o passar do tempo a semântica poderá conter modificações, alterando o conteúdo do conceito, sem que necessariamente o termo, em sua exteriorização linguística, modifique-se. Essa situação remete ao necessário diálogo com as metacategorias transcendentais há pouco expostas, em que o conceito estudado poderá se apresentar como “índices de realidade”, ou seja, como permanência, como evidência do existente, etc.; e como “fatores de mudança” em “perspectivas de futuro”, expressas em projeções, em tendências do “vir a ser”, etc.

Contextualizando tal abordagem ao nosso trabalho, buscamos adaptar, por comparação, as categorias da *Historik* de Koselleck a duas outras categorias por nós definidas, que apresentam uma relação transcendental semelhante ao dos pares antitéticos, ou seja, que divergem, mas que não se excluem, por serem interdependentes. Tais categorias são: *tradição* e *inovação*. A natureza categórica da *tradição* e da *inovação* se justifica, ainda, se considerarmos a sua importância para a apreensão da dinâmica interna da *cintura protetora* do *programa de investigação* da CI, proposta por Rendón Rojas (2005).

Enfim, com base nos pressupostos da *história dos conceitos*, buscamos estudar a relação entre a *tradição* e a *inovação* numa perspectiva epistemológica de análise. A presente investigação partiu de uma abordagem marcadamente interdisciplinar em que as disciplinas estudadas forneceram os elementos histórico-conceituais para a apreensão dos aspectos da diacronia presentes nas formulações conceituais de documento. O “mapeamento” dos

aspectos ligados à tensão entre *tradição* e *inovação* no quadro teórico da CI possibilitou que configurássemos o conceito *documento* na condição de uma categoria para essa disciplina.

## 2 O DOCUMENTO NO ÂMBITO HISTORIOGRÁFICO

A dimensão da *tradição* no campo historiográfico pode ser interpretada em dois momentos. O primeiro deles se alinha ao necessário entendimento do Positivismo que ajuda a compreender o “espírito positivo” do século XIX que remete à noção de *história* e de *ciência* do criador desta corrente de pensamento – o francês Auguste Comte – no âmbito da Filosofia da História. Já o segundo momento, agora no plano da ciência, leva-nos à apreensão da disciplina História Metódica (ou “História Positivista”) – proposta pelo alemão Leopold von Ranke – cuja concepção de documento deriva do referido “espírito”.

A idéia de *positividade* predominou durante o período conhecido como *cientificismo*, na ocasião em que se buscou interpretar a realidade dos fenômenos, aproximando a Filosofia das ciências da natureza. Fruto desse movimento, o Positivismo foi uma corrente filosófica que buscou sistematizar teoricamente os interesses políticos burgueses no século XIX. Para Comte, o estudo da história se daria por intermédio da “teoria dos três estados”, cujos estados (teológico, metafísico e positivo) explicariam a sua “evolução” e serviriam como instrumental fundamental para a realização do seu projeto político: a construção de uma “sociedade positiva” (COMTE, 1972, 1983). O filósofo contou com o emprego do recurso da taxonomia, inspirada na Biologia, como parâmetro para a classificação do social “cientificamente”. Ademais, Comte buscou avaliar o social por intermédio de uma releitura das leis da Física que resultou na proposição da denominada Física Social (ou Sociologia) (BENOIT, 1999).

Podemos dizer que, em sua metafísica, Comte não tinha, efetivamente, a preocupação de intervir cientificamente na realidade, bem como não chegou a idealizar um método propriamente empírico. A teoria de Comte foi elaborada eminentemente no plano filosófico, embora esse pensamento tenha influenciado, em diferentes proporções, o campo científico, como no caso da Sociologia (institucionalizada e profissionalizada por Durkheim) e da História (em situação similar, elevada à categoria de “ciência metódica” por Ranke).

É interessante observar que Ranke concebeu a história sob uma perspectiva diferente da de Comte, pois dela buscou atribuir o estatuto de cientificidade à História como disciplina ao definir para esta um objeto e um método (com base na crítica documental), amparado na documentação oficial escrita (diplomático-arquivística). Com tais “virtudes”, a História pôde assumir um espaço disciplinar autônomo na universidade (assim como a conhecemos hoje). Ademais, Ranke acreditava que a relação empírica entre o profissional historiador (“homem

de ciência”) e a documentação estudada era eivada de objetividade e neutralidade (GAY, 1990; BURKE, 1997; REIS, 2004).

O ato de narrar um acontecimento e registrá-lo por escrito num suporte (ou seja, de produzir um documento escrito) é um exemplo “clássico” da ação de se documentar que nos auxilia, por sua vez, a compreender a dimensão da *tradição* no âmbito historiográfico. Cabe salientar que o documento/produto originário dessa ação foi tão amplamente aceito e convencionado que a “História Positivista” de Ranke considerou somente os *documentos escritos* (contidos nos arquivos) como fontes históricas válidas.

Em reação, a *inovação* na historiografia emergiria da crítica à concepção tradicional, caracterizando-se por não negar os avanços teóricos até então logrados. Tal *inovação* pode ser pensada a partir da análise crítica do movimento dos *Annales* à “História Positivista”, em que se desvela a consequente ampliação conceitual de documento à luz do universo interpretativo da cultura material.

O denominado “movimento dos *Annales*” (REIS, 2004) ou “*História Nova*” (LE GOFF, 1978; BURKE, 1992) ou “Escola dos *Annales*” (BURKE, 1997) foi fruto do encontro e da troca de idéias (com a elaboração de projetos) entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo (França). O êxito teórico iniciou quando o projeto de publicação do periódico *Annales d’Histoire Économique et Sociale* se concretizou, em 15 de janeiro de 1929.

Esse movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa “tradicional”, que enaltecia os grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado, etc., em que a documentação oficial (em grande medida, diplomas arquivados) era a fonte principal de análise. Divergindo dessa acepção, os criadores do movimento pensaram numa perspectiva historiográfica que dialogasse interdisciplinarmente com as ciências sociais.<sup>1</sup>

A ampliação na concepção de documento, no referido movimento, pôde ser observada ainda na *primeira geração*, no momento em que se constatou que a “História Positivista” voltava o seu método de análise apenas à superficialidade dos fenômenos históricos, expressa tão somente nos documentos oficiais escritos. O problema, nesse caso, não estaria na utilização dessas fontes, e sim na compreensão de que elas seriam as únicas válidas para a

---

<sup>1</sup> Com a proposta de aproximação às ciências sociais, o movimento se caracterizou pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. No plano metodológico, a dimensão hermenêutica foi importante já que sua proposição, ainda na *primeira geração* (de 1920 a 1945), pressupunha “subversivamente” uma ênfase na interpretação e na compreensão dos fenômenos, bem como o enfoque da “História-problema” e da “História global”. Essa heterogeneidade teórica pode ser percebida, igualmente, na *segunda geração* (período posterior a Segunda Guerra), com Fernand Braudel, cujo enfoque direcionou-se às regularidades, às séries, às técnicas, à quantificação e à abordagem estrutural. Essa linha teórica diversificada foi perseguida também na *terceira geração* (após 1968) na ocasião em que passaram a ser privilegiados os modelos, as invariantes conceituais e as interpretações, notadamente com Georges Duby, Jacques Le Goff, entre outros (BURKE, 1997; REIS, 2004).

escrita da História. Em outros termos, esses historiadores evidenciaram aquilo que se constituía como uma concepção positivista ingênua de documento.

A *inovação* do significado historiográfico do documento advém do reconhecimento da relevância do estudo da cultura material (REDE, 1996; BUCAILLE, PESEZ, 1989; PESEZ, 1978), particularmente na ocasião em que os historiadores deste movimento apreenderam que o ato de documentar é externo ao objeto, numa ação interpretativa, subjetiva e/ou social. Tal constatação foi o “divisor de águas” que permitiu posteriores desdobramentos conceituais, como é possível observar nas interpretações que consideram o documento como um “monumento” (LE GOFF, 1994) e como “objeto da memória” (MENESES, 1998), com uma “vida social” (APPADURAI, 1991) e uma “biografia” própria (KOPYTOFF, 1991). Com isso, o trabalho do historiador tornou-se mais complexo, particularmente, quando este profissional passou a ter a difícil incumbência de, em um processo interpretativo, selecionar, identificar e reunir as evidências documentais relevantes para o seu trabalho, considerando a totalidade interpretativa que um objeto (artificial ou natural) pode trazer.

Destarte, a possibilidade de se “ler o documento nas entrelinhas” (BLOCH, 1997; LE GOFF, 1994) significou transcender o aparente inócuo (e inerte) informativo do objeto para buscar as evidências documentais necessárias para o esclarecimento das dúvidas que surgem durante a investigação do passado.

### 3 O DOCUMENTO NA TRADIÇÃO DIPLOMÁTICA

Estudando uma outra disciplina – a Diplomática<sup>2</sup> – podemos visualizar nitidamente a ênfase na *tradição* por meio da perceptível influência do “espírito positivo” que, ainda hoje, perdura nessa disciplina e se constitui como o seu “ pilar disciplinar”. Vale destacar que a concepção tradicional que dela deriva se estende à acepção de documento no âmbito da Arquivística.

A consolidação acadêmica da Diplomática ocorreu na França, com a criação da *École des Chartes*, em 1821, para o estudo histórico dos documentos medievais. Embora tal institucionalização tenha ocorrido somente no século XIX, podemos dizer que a Diplomática originou-se com a *crítica documental*, cujos avanços dos procedimentos técnicos de análise

---

<sup>2</sup> A palavra *diplomática* deriva do vocábulo grego διπλω (Diplo) que significa duplo ou dobrado (DURANTI, 1995; PAULIUS RABIKASKAS, 2000). O termo, que nomeia a disciplina, poderia ser interpretado, ainda, como uma adaptação do latim da obra *De re diplomatica libri VI*, escrita pelo monge beneditino francês Jean de Mabillon, em 1681. Essa obra foi publicada com o objetivo de esclarecer as regras fundamentais da crítica textual e, de modo específico, responder às críticas diplomáticas realizadas pelo jesuíta Daniel Van Papenbroek que questionou a veracidade de diplomas beneditinos contidos nos arquivos da Ordem de São Bento (DURANTI, 1995). Nas palavras de Duranti (1995, p.23), este livro representa “[...] o primeiro escrito sobre esse tema referindo-se à análise crítica das formas do diploma”.

documental podem ser observados ainda em meados do século XVII. Todo esse percurso marca o desenvolvimento do denominado “método diplomático” em sua diversidade de aplicabilidades instrumentais em diferentes disciplinas, tais como a História, o Direito e a Arquivística. Em suma, a disciplina se originou dos estudos filológicos e teológicos a partir do reconhecimento da necessidade de uma “sistematização metódica”, almejando alcançar certo “rigor científico” para o desenvolvimento da atividade de se distinguir documentos falsos dos verdadeiros. A criação disciplinar da Diplomática converge com aquelas iniciativas que foram fruto do “espírito positivo” no bojo do *cientificismo*, que visaram fundamentar a crítica documental em um suposto “método objetivo” para a realização de testes probatórios de autenticidade e de veracidade dos documentos medievais (escritos e não impressos, portanto) que eram as fontes documentais “por excelência” do historiador (BAUER, 1957; VALENTE, 1978; DURANTI, 1995; PAULIUS RABIKASKAS, 2000; RONDINELLI, 2002).

Do ponto de vista acadêmico, podemos dizer que a criação da *École* foi importante para a posterior aproximação da Diplomática com a Arquivística, na ocasião em que os procedimentos de análise diplomática foram empregados para auxiliar o gerenciamento dos documentos arquivísticos, na segunda metade do século XX (DURANTI, 1995). É importante dizer, no entanto, que, antes mesmo desse diálogo interdisciplinar de orientação francesa ocorrer, no século XIX, outros autores, como os alemães Julius Ficker e Theodor von Sickel, também se preocuparam com essa aproximação e contribuíram para tal (BAUER, 1957; PAULIUS RABIKASKAS, 2000).

Enquanto a Diplomática “clássica” se interessava eminentemente pela prática (e técnica) de identificar e descrever os elementos formais (estruturais) dos documentos escritos para fins de conferir a autenticidade e a fidedignidade documental; com o emprego do “método diplomático” nos arquivos, foi agregada à disciplina uma distinta função instrumental. Dessa relação interdisciplinar se originou, no século XX, a Diplomática Contemporânea (DURANTI, 1995; BELLOTTO, 2002).

A partir de então, a disciplina não se ateu somente ao estudo do “diploma” medieval, subentendido como documento escrito e não impresso (HEREDIA, 1988). Com a aproximação da Diplomática com a Arquivística, o documento diplomático passou a ser concebido como sinônimo de documento arquivístico, ou seja, como “fontes documentais escritas” manuscritas e/ou impressas, que têm natureza jurídica e administrativa (BELLOTTO, 2000). O documento diplomático apresenta, portanto, valores histórico e jurídico-administrativos, ou seja, traz consigo uma natureza conceitual similar àquela que

constitui o documento arquivístico (NUÑEZ-CONTRERAS, 1981; RIESCO TERRERO, 2000; GALENDE DÍAZ, GARCÍA RUIPÉREZ, 2003).<sup>3</sup>

Em outras palavras, da aproximação da Diplomática com a Arquivística deriva a Diplomática Contemporânea (Tipologia Documental). Constituindo-se como a ampliação da Diplomática “clássica”, o estudo da Diplomática Contemporânea segue em direção à “gênese documental”, convergindo e se contextualizando com atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora dos documentos. O seu objeto de estudo é o “tipo documental” que traz consigo a “lógica orgânica dos conjuntos documentais”, ao contrário da Diplomática “clássica” que tem como objeto a “espécie documental”, isto é, o documento em seu exemplar único (BELLOTTO, 1990, 2002).

Essa ainda recente abordagem da Diplomática Contemporânea tem possibilitado o diálogo interdisciplinar com a Documentação no tocante às questões que envolvem o *processo documental*. Em particular, essa aproximação tem ocorrido no âmbito do Tratamento Temático da Informação que, na condição de área de estudos, abriga a perspectiva francesa da Análise Documental, bem como apontou Guimarães (2008). É importante salientar que a Diplomática Contemporânea e a Análise Documental convergem por priorizarem o estudo do *texto escrito* para fins documentais, embora apresentem enfoques diferentes, ou seja, enquanto a primeira prioriza a *estrutura* documental, esta última dedica seus estudos ao *conteúdo temático* do documento (GUIMARÃES, RABELLO, 2007; RABELLO, GUIMARÃES, 2008).

Por outro lado, a percepção da ênfase da *tradição* na Diplomática Contemporânea e na Análise Documental, ao considerar a primazia do *texto escrito*, é importante não apenas para se observar o quanto os estudos hodiernos em Documentação herdaram da tradição diplomática, como também para que se entendam as possíveis limitações teóricas da concepção positivista ingênua de documento, em que são enaltecidos os seus supostos “atributos de objetividade”, bem como os de representação material “inequívoca da realidade”. Tais questões foram abordadas por Cook (2001) em sua crítica à aceção tradicional de Duranti (1995) de Arquivística e de documento, conceitos que foram fundamentais para que Duranti pudesse defender a disciplinaridade da Diplomática Contemporânea.

---

<sup>3</sup> O documento diplomático é caracterizado pelos elementos (ou caracteres) constitutivos “externos” (estruturais ou de forma) e “internos” (substantivos ou de substância) (GUIMARÃES, 1994; BELLOTTO, 2002) e é partir da análise de tais caracteres que o “método diplomático” pode ser entendido como a estratégia de identificação de fórmulas documentais (em distintas espécies e tipologias) objetivando estabelecer relações particulares entre forma e conteúdo. Com isso, podemos afirmar que o referido “método” se propõe a identificar aquilo que os linguistas conceituaram de macroestrutura textual ou macroproposição semântica.



#### 4 O DOCUMENTO NO CONTEXTO DA DOCUMENTAÇÃO

Inicialmente, é importante salientar que o termo *documentação* historicamente tem assumido diferentes designações, tais como: a) meio de prova histórica; b) profissão ensinada formalmente em escolas técnicas, demandando um saber técnico-intelectual especializado; e c) disciplina acadêmica dedicada à criação de saberes que inspiram as práticas documentais (MEYRIAT, 1993). Este último significado começou a ganhar contornos ainda no início do *movimento bibliográfico*, no final do século XIX (WOLEDGE, 1983; BLANQUET, 1993; RAYWARD, 1994; LÓPEZ YEPES, 1995; SANTOS, 2006, etc.), e seus traços tornaram-se mais nítidos com a publicação do *Traité de Documentation*, escrito por Paul Otlet, em 1934.<sup>4</sup>

A Documentação derivou disciplinarmente dos estudos realizados no bojo do *movimento bibliográfico*, sistematizados primeiramente em uma disciplina denominada Bibliografia. O referido movimento foi importante para o desenvolvimento inicial das atividades de análise de conteúdo dos documentos para organização e “memorização” do conhecimento registrado. Além disso, com a Bibliografia passaram a ser empregadas as noções de “difusão” e de “acesso” à informação, noções relevantes para a posterior proposição da Documentação.

Podemos dizer que Otlet foi o personagem principal do movimento bibliográfico no final do século XIX. Além de ter incentivado a criação de publicações especializadas, ajudou a articular reuniões científicas e fóruns de debates acadêmicos e a criar associações que foram fundamentais para que pudesse propor disciplinarmente a Documentação (BLANQUET, 1993).<sup>5</sup>

Embora Bibliografia e Documentação tivessem uma origem em comum por terem como objeto de estudo o *documento* (BLANQUET, 1993, p.201), esta última disciplina se diferenciou daquela por uma função primordial: a difusão da informação em uma concepção de documento que transcendeu a noção de documento bibliográfico (RAYWARD, 1995). Para Otlet, o conceito *documento* não se limitava ao entendimento distorcido de *livro* tal como concebia a Biblioteconomia moderna (SHERA, 1980) e a Bibliografia (WOLEDGE, 1983),

---

<sup>4</sup> Autores como López Yepes (1995) e Rayward (1994) argumentam que o *Traité* reflete o amadurecimento teórico de Otlet, na ocasião em que ele pôde sistematizar seus estudos no tocante à organização, recuperação e disponibilização da informação numa disciplina que reuniu esforços em desenvolver um “sistema técnico-social” (MEYRIAT, 1981).

<sup>5</sup> Para ilustrar a efetiva participação de Otlet durante o *movimento bibliográfico*, é importante recordar que ele, após fundar a Oficina Internacional de Bibliografia (OIB), em 1892, e o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895, criou o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), que seria um instrumento (ou inventário) que permitiria o acesso ao conhecimento registrado produzido em âmbito internacional. Para Otlet, a organização deste conhecimento seria possível, tão somente, por meio da sua classificação prévia mediante a Classificação Decimal Universal (CDU), criada com base na Classificação Decimal (CDD) do bibliotecário estadunidense Melvil Dewey (OTLET, 1934, p.381).

isto é, subtendido como objeto que resultou de um aprimoramento técnico do códice medieval após a criação dos tipos móveis gutenberguianos.

Para se chegar ao entendimento da referida ampliação conceitual, torna-se necessário recordar que a palavra *livro* corresponde à palavra latina *liber* e é uma adaptação da noção transcendente que correspondia ao entendimento antigo e medieval de *biblos* (em grego “βίβλιον”, radical das palavras *biblioteca* e *biblioteconomia*) e *biblion*, no plural. Em tais designações se reconheciam o pensamento racional, o discurso racional ou o conhecimento, representado na expressão grega “λόγος” (ou seja, *logos*), contido no suporte (RENDÓN ROJAS, 2005, p.134). Para reformular o conceito, Otlet (1934, p.9, 372, 373) retomou a concepção de *biblos* e passou a reconhecer a equivalência conceitual de *livro/documento/biblion* que representava todo objeto artificial em que se reconhecia alguma propriedade informativa (“*logos*”). O documento, nesse contexto, assumiria a condição de *categoria* da Documentação.

Contudo, além desta ressignificação do *documento* comparativamente à noção restrita de *livro*, a retomada na noção de *biblos* possibilitou que Otlet avançasse também comparativamente à noção de fonte documental da “História Positivista”, pois, para este autor, o *texto escrito* não seria o único representante documental dotado de objetividade. É interessante observar que foi justamente a persistência da noção de objetividade, atribuída ao documento, que evidenciou a aproximação conceitual entre Documentação e “História Positivista”.

À luz dessa aproximação, denominamos o primeiro momento da Documentação de “fase positivista” que representa um período de transição da *tradição* rumo à *inovação* conceitual. Esta fase foi marcada pela aceção otletiana de *documento* após a década de 1930, quando o conceito foi formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao *conteúdo informacional*. Tal ênfase consistiria o fator distintivo para a transformação do *objeto* em *documento*, sendo que a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa lhe garantiria o *status* de objetividade. Sob esse prisma, o documento se caracterizaria por se constituir em diversos suportes (apresentando-se em diferentes espécies e tipologias) “evados de objetividade”. Tal suposta objetividade confundir-se-ia com o próprio processo criativo de exteriorização e assentamento (registro) de um conhecimento ou técnica num objeto material. Tal concepção foi o ponto de partida para que a bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951), em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, ampliasse ainda mais o conceito.

Considerando tal ampliação do significado e aproximando-nos da *inovação* do conceito, denominamos o segundo momento da Documentação de “fase hermenêutica”. Nesta

fase foi possível fazer um paralelo entre os avanços da concepção de documento encabeçados pelo movimento dos *Annales* e por Briet. A “fase hermenêutica” compreender-se-ia, portanto, após a década de 1950, na ocasião em que se destacaram as idéias de Briet (1951) e de seus seguidores Meyriat (1981), Escarpit (1981), Day (1997), Buckland (1997), entre outros. Os argumentos comumente empregados por esses autores demonstraram que nenhum documento é propriamente objetivo, ou seja, de que nenhum objeto/suporte nasce com *status* de *documento*, pois tal aspecto valorativo somente se constituirá *a posteriori*. Nesse contexto, o documento será o produto de um processo de objetivação (valoração) num ato interpretativo e de atribuição de significados e sentidos, sob a influência dos aspectos subjetivos “condicionados” pelo contexto social e cultural com os quais os sujeitos necessariamente se relacionam. Considerando essa especificidade, o documento é, portanto, o fruto de uma ação interpretativa (subjetiva) de um sujeito que vive em sociedade e que recebe sua influência passiva e dativamente a um só tempo.

Como vimos, a amplitude categórica perseguida por Otlet, aprofundada no segundo momento da Documentação, abriu margem para o reconhecimento do *documento museológico*, confirmando, com isso, o seu caráter polissêmico. A partir desse referencial, buscaremos refletir sobre a importância dos estudos de natureza histórico-conceitual, sobretudo, para pensarmos o *documento* no contexto da relação dinâmica entre *tradição* e *inovação*, numa perspectiva social da CI.

## **5 O DOCUMENTO ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

O nosso estudo buscou convergir com a perspectiva *epistemológica*<sup>6</sup> de análise, ao propor um *metadiscurso* explicativo da trajetória histórica do conceito *documento* que se funde, em grande medida, com a perspectiva *prático-disciplinar*,<sup>7</sup> que ajuda a explicar a constituição disciplinar da Ciência da Informação (CI).

---

<sup>6</sup> Entendemos por perspectiva *epistemológica* aquela que se atém à busca pela processualidade histórica e teórica dos enfoques *prático-disciplinares* no seu inter-relacionamento com o campo científico e filosófico. Portanto, esta perspectiva acomoda a abordagem *prático-disciplinar* num plano teórico-metodológico explicativo no qual as práticas não formariam simplesmente uma disciplina, e sim fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico dentro do universo do conhecimento (sob a influência de uma base filosófica, de métodos, de teorias, etc.).

<sup>7</sup> A abordagem *prático-disciplinar* seria aquela que privilegia a relação da configuração disciplinar da CI com teorias de outras disciplinas para formar um conjunto de conhecimentos instrumentais. Comumente argumenta-se que com a instrumentalização de tais conhecimentos torna-se possível lidar com uma determinada fase e/ou problema em informação contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados. Como exemplo, podemos citar as explicações que aproximam a CI das teorias e práticas da Biblioteconomia, da Arquivística, da Museologia, da Ciência da Computação, da Ciência Cognitiva, etc. Ademais, vale destacar que embora a adoção do termo *prático-disciplinar* tenha sido uma sugestão nossa para

Abrindo um parêntese, vale destacar que os *metadiscursos* criados no bojo da perspectiva *prático-disciplinar* comumente se reportam, no âmbito da *tradição*, à mudança da relação entre homem e conhecimento a partir da invenção da imprensa e, por conseguinte, daquela ocorrida com a aceção restrita de livro. Com isso, chegam à mudança da concepção da biblioteca “clássica”, que aos poucos foi deixando de ter uma função universalista (aos moldes iluministas) (SHERA, 1980, p.93) e que passou a atender, posteriormente, às demandas de conhecimento especializado e científico (FAYET-SCRIBE, 2001, p.14). A especialização nos serviços de informação decorreu dessas novas demandas sociais e os seus primórdios podem ser observados quando da criação dos instrumentos voltados para uma maior delimitação do conteúdo dos documentos para o processo de organização e recuperação da informação (ORTEGA, 2004).

Podemos dizer, ainda, que tais *metadiscursos* defendem a sobreposição ou o convívio de diferentes correntes quanto à reivindicação da origem do estatuto de criação da CI. As principais correntes “em disputa” seriam as de orientação anglofônica e as de orientação francofônica. Na primeira orientação, comumente é destacada a relativa tensão entre os profissionais estadunidenses que trabalhavam em bibliotecas tradicionais e em bibliotecas especializadas (MEYRIAT, 1993, p.194), somando-se à influência instrumental das tecnologias para a recuperação da informação, com base nas idéias de Vannevar Bush (1945) (SARACEVIC, 1992, 1999). Na segunda, observam-se, igualmente, a tensão entre os bibliotecários tradicionais franceses e os documentalistas daquele país, pois estes tinham como prerrogativa a organização da informação especializada com base nas idéias de Paul Otlet (1934), no âmbito da Documentação (WERSIG, 1993; RAYWARD, 1995; FERNÁNDEZ MOLINA, 1993; MEYRIAT, 1993).<sup>8</sup> Complementando o quadro interpretativo *prático-disciplinar*, em menor efeito outras duas perspectivas também são mencionadas, ou seja, a Ciência da Informação e Documentação (*informations-und dokumentationswissenschaft*) alemã, com base nas idéias de Shober, Pietsch, Koblitz, Wersig,

---

designar, de forma clara, a distinção de abordagens, a divisão dos enfoques *práticos* e *epistemológicos* pode ser observada no texto de Dick (1999, p.307).

<sup>8</sup> Assim como a concepção *francofônica*, impulsionada pela criação de associações e pela articulação de reuniões e fóruns de debate acadêmico, a aceção *anglofônica* também contou com a importante iniciativa de profissionais e pesquisadores que criaram associações como o *American Documentation Institute*, fundado em 1937, e organizaram eventos como o Georgia Institute of Technology (realizadas nos EUA, 1961/1962). Somando-se a importância destas iniciativas, os primórdios do enfoque *prático-disciplinar* estadunidense podem ser observados na literatura acadêmica da CI. Podemos destacar a interpretação de Borko (1968), que destacou a vocação dessa disciplina para enfoques teóricos e aplicados; e a abordagem de Shera (1980), que a direcionou como uma “profissão” cujo fim seria subsidiar teoricamente a prática biblioteconômica.

entre outros autores; e a Informática (*Informatika*) russa, cujos autores expoentes foram Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii (LÓPEZ YEPES, 1995).

Sem desconsiderar o enfoque *prático-disciplinar*, buscamos na perspectiva *epistemológica* fundamentos teóricos na contraposição entre as acepções de Rafael Capurro (2003), que interpretou uma estrutura explicativa da CI por meio da *teoria das revoluções científicas*, de Tomas Kuhn (2005); e de Miguel Rendón Rojas (2005), que pensou numa estrutura a partir dos *programas de investigação*, de Imre Lakatos (1999).

As concepções de *comunidade científica*, isto é, da manifestação da ciência organizada por intermédio de uma atividade social; e de *paradigma científico*, compõem o eixo interpretativo de Kuhn para analisar o que denominou de *revolução científica*. Em hipótese, tal fenômeno inicia-se com a origem da *ciência*, em sua fase de *pré-científica*, num momento em que não é possível observar a definição de uma estrutura. Portanto, esta fase se caracterizaria pela ausência de paradigma. Por outro lado, quando as teorias, as metodologias e os valores científicos ganham forma, surgiria a *ciência normal*. Poderíamos dizer que a *ciência normal* tornar-se-ia hegemônica, teórica e politicamente, ao assumir a posição de “vanguarda científica”.

Por outro lado, para Kuhn, o processo *revolucionário* não ocorre de forma harmônica, pois a dinâmica das disputas teóricas e de poder que ocorrem no interior do paradigma *normal* revelam problemas manifestos em *enigmas* (problemas que podem ser resolvidos) e em *anomalias* (problemas que nem sempre podem ser resolvidos). Essa situação pode levar à *crise* científica quando ocorrem dissidências da *ciência normal* que resultam na proposição de uma *ciência extraordinária*. Em tese, quando a *ciência extraordinária* reúne argumentos teóricos e força política na comunidade científica para “destituir” o poder hegemônico da antiga *ciência normal*, uma nova estrutura se revela, ou seja, emerge daí uma *nova ciência* (KUHN, 2005, p.24-25).

Vale destacar que, na perspectiva de Kuhn, as teorias tendem a se manter e a serem defendidas pelos membros do paradigma por compor a base que justifica a manutenção da *ciência normal*. Entretanto, embora a ênfase na *tradição* seja uma característica marcante na constituição da *ciência normal*, o processo revolucionário no interior de sua estrutura busca a sobreposição das teorias antigas pelas recentes de modo a impor as novas formulações propostas pela *ciência extraordinária*. Isso ocorre até o momento em que essa *nova ciência* se torna *ciência normal*. Quando adquire tal *status*, ela estará sujeita e passível de passar pelo processo de questionamento advindo de novos problemas (enigmas e anomalias) no interior

de sua estrutura. Em última análise e sob esse prisma, a *inovação* sempre se sobreporá à *tradição*.

Em interpretação a tal teoria, Capurro (2003) propôs transpô-la ao campo da CI. Para tanto, ele buscou contextualizar o fenômeno da informação em três paradigmas. O *paradigma físico* marcaria o nascimento da CI no início do século XX, sendo logo questionado pelo *paradigma cognitivo* e este, por sua vez, pelo *paradigma pragmático* ou *social*.

Entendemos que Capurro (2003) foi preciso ao identificar essas três dimensões (objetiva, subjetiva e social) da informação no âmbito da CI. Ainda assim, questionamos se tais correntes poderiam realmente ser consideradas *paradigmas* em termos kuhnianos, pois é possível questionar se a própria CI já adquiriu “maturidade” científica suficiente para estar no estágio de *ciência normal*. Mesmo que tais teorias sejam paradigmas, o nosso questionamento parte, ainda, da constatação de que no movimento de um paradigma a outro, no processo revolucionário (do *paradigma normal* ao *extraordinário* e deste à *nova ciência*) acima destacado, ocorre a sobrevalorização e a *sobreposição* da *inovação* frente à *tradição*. Nesse sentido, questionamos se no caso da CI realmente existe uma superação sucessiva entre os “paradigmas” objetivo, subjetivo e social. Neste caso, em outras palavras, seria correto traçar esse quadro evolutivo assim como interpretou Capurro?

Em contraponto a essa aceção, a estrutura proposta por Rendón Rojas foi relevante para nossa investigação, pois supostamente nela a *tradição* pode dialogar e/ou conviver com a *inovação*, no âmbito teórico e conceitual. Como adiantamos, Rendón Rojas se referenciou na teoria de Lakatos.

O *programa de investigação* proposto por Lakatos (1999) é composto por três camadas. O *núcleo firme* ou *núcleo duro* (onde se situa a *tradição*) constitui a primeira camada. A função da segunda camada, denominada *cintura protetora* ou *cinturão protetor*, é de proteger o núcleo mediante teorias e conceitos, uma vez que nessa *cintura*, a relação teórico-conceitual é marcada pela tensão e o convívio mútuo entre *tradição* e *inovação*. Já a terceira camada situa-se no terreno da Heurística (negativa e positiva) que cumpre o papel de proteger metodologicamente o núcleo.

Transpondo tal estrutura para a CI, Rendón Rojas (2008) demonstrou que o *núcleo firme*, responsável pela delimitação disciplinar, seria o *sistema informativo documental* e estaria cercado por cinco categorias que comporiam a *cintura protetora*. Tais categorias seriam: *usuário*, *profissional da informação*, *instituição informativa documental*, *informação* e *documento*. Em cada categoria incidiriam influências teórico-conceituais mais alinhadas, ora pela *tradição*, ora pela *inovação*.

Embora Rendón Rojas tivesse enunciado que tais categorias cumprem uma função ontológica no quadro teórico da CI, convergimos, parcialmente, com a abordagem do autor para chegar a essa conclusão, já que trabalhamos com a hipótese de que essa afirmação somente ganha consistência teórica por intermédio de um estudo profundo de natureza histórico-conceitual, capaz de compreender o lastro histórico, teórico e filosófico da suposta categoria. A partir dessa conjectura, o estudo das disciplinas História, Diplomática, Documentação e da própria CI foram cruciais para a justificação do documento como uma *categoria* estratégica pertencente ao quadro teórico da CI.<sup>9</sup>

Para apreendermos a dinâmica da diacronia do conceito *documento* no campo teórico-conceitual da CI, foi necessário o estudo do conceito *informação* retomando as três acepções que comporiam os supostos “paradigmas” de Capurro (2003), visto que a percepção de uma variação importante deste conceito – ou seja, a *informação registrada* – pressupõe o próprio conceito *documento*. Portanto, as diferentes abordagens que incidem nessa concepção de informação/registro ajudam a remontar o quadro diacrônico do conceito *documento* num contexto disciplinar. Tais abordagens são:

- a) *objetiva* – com ênfase no dado e no processo comunicativo, ou seja, na mensagem (GARCÍA MARCO, 1998; PÉREZ GUTIÉRREZ, 2000; RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, etc.);
- b) *subjativa* – com ênfase na interpretação do indivíduo isolado, ou seja, no sujeito interpretante (profissional da informação, usuário, etc.) (FERNÁNDEZ MOLINA, 1994; PRATT, 1977; BELKIN & ROBERTSON, 1976; BELKIN, 1978, etc.);
- c) *objetiva/subjativa social*<sup>10</sup> – materializada e contextualizada num sistema de informação documental, que terá valor institucional e social (BUCKLAND, 1991; SILVA, RIBEIRO, 2002, etc.).

Após evidenciarmos a existência desse quadro teórico-conceitual que incide no conceito *informação registrada* na CI, chegamos a três tipos de produtores do *objeto* (em vias de se tornar *documento*), os quais, por sua própria natureza, relacionam-se às acepções de *informação* sobreditas. Em termos filosóficos e tangenciando o campo da Teoria do Conhecimento, observamos que, na relação em questão, ora o sujeito (abordagem

---

<sup>9</sup> Com base na hipótese da necessidade de realização de um estudo histórico-conceitual para que uma suposta categoria possa assim ser enunciada e justificada, podemos destacar, aqui, a importância do estudo de Capurro & Hjørland (2007) que ajudou a desvelar traços categóricos e polissêmicos do conceito *informação*. Além da *informação* e do *documento*, cabe salientar a premência de estudos histórico-conceituais das outras três supostas categorias apontadas por Rendón Rojas (2008), ou seja, *usuário*, *profissional da informação* e *instituição informativa documental*.

<sup>10</sup> Com base em nossa hipótese da necessária convivência entre *tradição* e *inovação* no quadro teórico da CI, agregamos com a expressão “objetiva/subjativa social” uma representação que parece ser mais adequada para designar a referida relação.

subjetivista), ora o objeto (abordagem objetivista) do conhecimento poderão ser privilegiados (HESSEN, 1973). Dessa análise, chegamos aos produtores do documento de *primeira, segunda e terceira natureza*.<sup>11</sup>

O produtor de *primeira natureza* é aquele que, numa abordagem objetivista, busca imprimir um conhecimento de forma direta num suporte qualquer, por intermédio da escrita ou do registro. *Nesse caso, o objeto cumpre uma função qualquer, não necessariamente como documento*. Por outro lado, o produtor de *segunda natureza* atribui significado para fins utilitários, cumprindo uma função informativa específica para o indivíduo (valores jurídicos, administrativos, estéticos, etc.), numa abordagem subjetivista. *Aqui, o objeto cumpre necessariamente uma função documental para o sujeito*. Já o produtor de *terceira natureza* é aquele que considera, igualmente numa abordagem subjetivista, o produto do processo de significação atribuído pelos produtores de *primeira* e de *segunda natureza* e, de modo particular, confere significação para fins socioculturais e/ou informativo-documentais. *Nesse caso, o documento assume nitidamente uma função social*.

Podemos compreender com maior profundidade tais naturezas mediante a contribuição de Dodebei (1997, p.172-175) que buscou explicar o processo de transformação do objeto em documento da memória cultural por intermédio de três categorias – *substância, modo/acidente e relação* – e estas levaram a criação de outras três, respectivamente, *unicidade, virtualidade e significação*.

A categoria *substância* refere-se ao *ser que existe*, isto é, ao objeto artificial (objeto *em si*) produzido socialmente e caracterizado por predicáveis incidentes à *forma* e ao *conteúdo*. No caso dos objetos naturais, os predicáveis incidiriam apenas no atributo *forma*. A categoria *unicidade* se relacionaria à *substância*, pois nesse momento o objeto/documento (no plano da memória social) não seria diferenciado em sua essência.

De maneira distinta, a categoria *modo/acidente* refere-se a atributos que existem na *substância* numa “primeira leitura de insistência”, ou seja, nos atributos relativos ao *tempo* e ao *espaço*. É marcada pelas idéias de *mobilidade* e de *seletividade* no campo social que permitem o “livre tráfego dos objetos pelas instituições da memória”. Nessas instituições, os objetos manterão sua *substância* e poderão alterar o seu modo de ser externo (suporte), sofrendo, assim, uma “metamorfose” por meio das “marcas do tempo” (naturais), do “espaço” e do homem (culturais). Com efeito, a categoria *virtualidade* se constituiria mediante

---

<sup>11</sup> É importante salientar que chegamos a essas distintas naturezas dos produtores do objeto/documento após considerarmos o percurso do início da “vida social” do objeto que “virá a ser” documento (APPADURAI, 1991).



atribuição seletiva de predicáveis (espaço-tempo) e de uma classificação arbitrária, por natureza.

Já a categoria *relação* condiz àquela que liga um ser a outro numa “segunda leitura de insistência”, ou seja, caracterizado pela intenção intelectual de reduzir dois ou mais atributos para constituir um terceiro num processo em que as categorias anteriores (substância e modo/acidente) não se anulam. Por outro lado, demonstra que o processo valorativo incidente no objeto não é definitivo e que toda *significação* é circunstancial em favor da *essência* e da *virtualidade* que sempre estarão presentes no objeto em questão. Portanto, será o *significado* atribuído à memória que irá atuar no processo de transformação do “objeto social” num “objeto da memória de valor cultural”, ou seja, num *documento*. Com isso, a transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, temporária e circunstancial. Então, o documento seria “[...] uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural.” (DODEBEI, 1997, p.175).

Ainda pensando a mudança qualitativa do objeto que “virá a ser” documento, comparamos as categorias de Dodebei (1997) *unicidade*, *virtualidade* e *significação* aos “três níveis” do *documento* propostos por Rendón Rojas (2005) e às “três premissas” apresentadas por Murguia (2008). Vejamos, no quadro abaixo, a possível relação entre esses autores.

Nº	Rendón Rojas (2005) NÍVEIS	S	Dodebei (1997) CATEGORIAS	S	Murguia (2008) PREMISSAS
1	“Objetos tais como são”	C	Unicidade	D	“Todos os objetos são documentos”
2	Objetos + inform. especializadas	C	Virtualidade + Significação	C	Objetos + diferentes informações
3	Documento com valor social	C	Virtualidade + Significação	C	Documento com valor social/cultural

QUADRO 1 - Situação (S) teórico-comparativa Convergência (C) / Divergência (D)

Fonte: Rabello, 2009, p. 290.

O quadro evidencia que o “nível 1” de Rendón Rojas (2005) converge com a categoria *unicidade* de Dodebei (1997), principalmente, por sua delimitação conceitual. Já a “premissa 1” de Murguia (2008) diverge da aceção de ambos os autores por apresentar demasiada amplitude. Por outro lado, é possível observar uma relativa convergência entre os três autores nos dois níveis e nas duas premissas seguintes, na ocasião em que as categorias “virtualidade” e “significação” contemplaram a posição do objeto de “suporte da informação (com conteúdo polissêmico)” e na condição de “documento de valor social e cultural”.

Para pensarmos a “dimensão social” do *documento* na CI comparativamente à sua configuração histórico-conceitual, retomamos as contribuições da Documentação que permitiram configurar o conceito nos dois momentos marcantes da disciplina.

O *documento objetivo/social* se configurou no primeiro momento otletiano, quando o conceito assumiu uma dimensão de categoria para a disciplina. Esse momento marcou o processo de transição entre *tradição e inovação*. Iniciou-se, desse modo, a concepção ampla de registro e, também, passou a se considerar o objeto museológico (produzido pelo homem). Embora a questão da objetividade do “produtor real” fosse sobrevalorizada ingenuamente, o documento já apresentava valor social, pois era pensado num contexto institucional.

Já o *documento subjetivo/social* se configurou no segundo momento, com Briet, em particular, quando incidiu sobre o objeto a amplitude da ação hermenêutica no plano subjetivo de modo a descentralizar a figura “objetiva” do “produtor real” do objeto, passando a “dar voz” aos produtores de *segunda e terceira natureza*. Nesse sentido, a possibilidade de se também considerar o objeto natural, enquanto uma fonte documental num *sistema de informação institucionalizado*, fora reconhecida no âmbito disciplinar da Documentação. A *inovação*, nesse contexto, iniciou uma importante trajetória.

Buscando sistematizar as possibilidades sincrônicas e diacrônicas do *documento* à luz dos seus aspectos históricos, construímos um quadro comparativo que sintetiza sua natureza polissêmica de pressuposto ontológico quando pensado, sobretudo, como uma categoria pertencente ao quadro teórico da CI. Para tanto, tomamos como referência a sua disposição frente à tensão entre *tradição e inovação*.

	Uníverson disciplinar auxiliar	Relação Interdisciplinar/teorias	Enfoque teórico – informação/documento	Enfoque na relação sujeito/objeto	Natureza Objeto/Registro	Categorias de Dodebei - fase objeto/documento	Produtor do documento
T R A D I Ç Ã O	História	“História Positivista”	Objetivo	Objetivista	Artificial + Escrito	Unicidade Virtualidade	Primeira natureza
	Diplomática	Arquivística História Direito	Objetivo	Objetivista	Artificial + Escrito	Unicidade Virtualidade	Primeira natureza
	Documentação (primeiro momento)	Arquivística Biblioteconomia Museologia	Objetivo Social	Objetivista	Artificial + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira, segunda e terceira natureza
I N O	História	Movimento dos <i>Annales</i>	Objetivo Subjetivo Social	Subjetivista	Artificial / Natural + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira e segunda natureza

V A Ç Ã O	<b>Documentação</b> (segundo momento)	Arquivística Biblioteconomia Museologia	Subjetivo Social	Subjetivista	Artificial / Natural + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira, segunda e terceira natureza
-----------------------	---------------------------------------------	-----------------------------------------------	---------------------	--------------	------------------------------------------------	------------------------------	------------------------------------------

QUADRO 2 - Relação tradição/ inovação e o “ser” documento na Ciência da Informação

Fonte: Rabello, 2009, p. 313.

Com esse quadro podemos notar que a categoria *documento* encontra subsídio teórico-conceitual no âmbito da *tradição* por meio da variação das disciplinas História, Diplomática e Documentação, caracterizadas pelo enfoque *objetivista* que orienta a relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Enquanto as duas primeiras disciplinas enfocam a natureza do objeto/registro (em sua *unicidade* e *virtualidade*), mediante o *suporte artificial* caracterizado pela *escritura*, gerada pelo produtor de *primeira natureza* (ênfase na informação objetiva), a Documentação, em seu primeiro momento, abrange o *logos* nesse suporte artificial a uma variedade de distintos signos passíveis de identificação (*virtualidade*) e de interpretação (*significação*). No campo da tradição otletiana, podemos observar que são considerados os produtores de documento de *primeira, segunda e terceira natureza* e os aspectos *objetivo, subjetivo e social* da informação.

Já na esfera da *inovação*, encontramos somente a variação das disciplinas História e Documentação, que são caracterizadas pela orientação *subjetivista* na relação sujeito/objeto do conhecimento. Outro fator comum advém do fato de ambas as disciplinas enfocarem a natureza do *objeto/registro*, tomando como parâmetro as categorias *virtualidade* e *significação*, que encontram sentido nos diferentes *signos* interpretados em objetos *naturais* ou *artificiais*. Não obstante, enquanto o estudo histórico prioriza o produtor de *primeira* e de *segunda natureza* (ênfase nas informações *objetiva* e *subjetiva*), a Documentação encontra mais uma vez o seu sentido amplo, considerando os produtores de *primeira, segunda e terceira natureza* do documento e, por conseguinte, os aspectos *objetivo, subjetivo e social* da informação.

## 6 CONCLUSÕES

Entendemos que a idéia do *programa* de Rendón Rojas (2005, 2008) pressupõe a releitura da teoria de Lakatos para pensar a CI como algo dinâmico, em construção, ou seja, nas palavras de Freire-Maia (1997), uma “ciência processo”, uma vez que toda ciência é fruto de uma *atividade social* dinâmica expressa, em termos kuhnianos, por uma “comunidade científica”. No referido *programa*, os cientistas encontrariam o espaço amplo para que pudessem atuar criticamente sobre uma estrutura “mais rígida”, particular e também

inacabada da ciência, isto é, aquilo que Freire-Maia (1997) chamou de “ciência disciplina”. O aspecto aparentemente contraditório no *programa* de Rendón Rojas residiria na pressuposição da existência do *núcleo firme* (ou *duro*) – o *sistema informativo documental* – que, a primeira vista, atuaria delimitando a estrutura de tal forma que dificultaria visualizar alguma “maleabilidade” e/ou possibilitar a co-existência de outro programa concorrente.

Indagações a parte, vale destacar que o documento apresenta importância histórica e uma complexidade que transcende a de um simples conceito no quadro teórico da CI. Indo nessa direção e convergindo com a dimensão da “ciência processo”, demonstramos, mediante um estudo histórico-conceitual, epistemológico e interdisciplinar, o caráter polissêmico e categórico do documento justificado em sua necessária permanência no quadro teórico da CI. Com isso, podemos dizer que todo conceito, ao assumir a condição de categoria, adquirirá também uma dimensão abstrata e transcendente, capaz de sintetizar “em si” diferentes fenômenos e de ajudar a explicá-los.

A concretude do conceito *documento* foi investigada, num plano marcadamente hermenêutico, tomando como parâmetro o significado que as disciplinas estudadas lhe conferiram ao longo da história. Durante o processo interpretativo, observamos os elementos que demonstraram a diacronia no uso sincrônico do conceito. Isso permitiu relacioná-los, ainda, ao plano categórico/abstrato numa adaptação das categorias que compõe a *Historik* de Koselleck. A partir dessa releitura, as categorias *tradição* e *inovação* permitiram o distanciamento adequado para configurar o documento também na condição de uma categoria capaz de conviver sob tensão, inclusive, com outras supostas categorias na *cintura protetora* do *programa de investigação* da CI.

Essa abordagem que aqui propomos tenta se diferenciar dos postulados tradicionais, frequentemente observados nos domínios das ciências humanas, que perseguem incessantemente a busca pela síntese do conceito num tom de definição, numa pretensa precisão, que torna quase inviável a sua refutação, ou seja, atuando analogamente tal como uma “lei” das ciências naturais. Nossa abordagem se inclinou mais à perspectiva de Koselleck, que não limitou o emprego da história dos conceitos a uma propedêutica simplesmente epistemológica, visto que não tem a pretensão de identificar o uso promíscuo ou arbitrário dos conceitos, para, em seguida, interferir, propondo a correção, a normatização e/ou a reutilização de um conceito antigo, em desuso (VILLACAÑAS; ONCINA, 1997, p.12-13).

À luz dessas ponderações, concluímos que este estudo propiciou evidenciar, com o *programa de investigação* da CI e com a *história dos conceitos*, o caráter dinâmico dessa

“ciência”, comparativamente ao caráter polissêmico do conceito em questão – o documento – por meio de sua trajetória histórica numa perspectiva científico-disciplinar. Desse modo, sem propor a sobreposição da *inovação* frente à *tradição* ou vice-versa, atentamos para a *necessidade* do convívio entre ambas no plano do *programa de investigação* da CI, acreditando que a *perspectiva social*, neste momento, seja aquela capaz de congrega *tradição* e *inovação* sem exclusão, mas também sem harmonia, numa constante tensão política e teórica.

## **DOCUMENT IN INFORMATION SCIENCE: tradition and innovation concept from a historical and epistemological**

### **ABSTRACT**

Among the countless research possibilities in the field of Information Science (IS), the historical-conceptual approach is relevant when we observe intents of systematization and theoretical deepening of this analytical sphere with markedly epistemological concerns. Taking into consideration this research universe, it was observed that the concept *document* has a privileged position in the “protective belt” of the “scientific research program” of Imre Lakatos adapted to IS by Miguel Rendón Rojas. However, it was seen repeatedly that the document was approached inaccurately in the field of IS, mainly when conceptual aspects related one moment by tradition, and the next by innovation were not counterbalanced. Bearing in mind the objective of the study and the identified problematics, we resorted to the disciplines of History, Diplomats and Documentation as they were relevant to a historical and conceptual approach, precisely for having studied the document prior to IS. The research of these disciplines was justified by the hypotheses that they have influenced and/or contributed to the meaning of document while a category in the theoretical universe of IS. Based on this conjecture, the following objectives arose: a) to carry out a historical and conceptual study to learn to what extent the analyzed disciplines have contributed for the meaning of document in IS; and b) to understand the nature and the range of the concept in IS when seen under a social perspective that contemplated the dynamic relationship between tradition and innovation in its theoretical framework. Therefore, tradition and innovation are considered as antithetical categories of analysis inspired on those that make up *Historik* by Reinhart Koselleck and that represent respectively “reality rates” and “perspectives of the future” of the concept *document*, if seen, above all, from the point of view of the method of history of concepts created by the above mentioned author. In this sense, we tried to relate the history of concepts while an analysis method to the historical-conceptual studies of IS. With such approach, essential aspects that helped to retrace tradition and innovation in the disciplinary context of IS were reached.

**Keywords:** Document. History of Concepts. Epistemology. Information Science.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2007.

APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p.17-87.

BAUER, W. Documentos. In: \_\_\_\_\_. **Introducción al estudio de la Historia**. Trad. da 2.ed. alemã por Luis G de Valdeavellano. 3.ed. Barcelona: Bosch, 1957. p.354-377.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v.34, n.1, p.55-85, 1978.

BELKIN, N. J; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Societh for Information Science**, v.24, n.4, p.197-204, 1976.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120p.

\_\_\_\_\_. Tipologia documental. **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, v.9, n.1, p.4-15, jan. 1990.

\_\_\_\_\_. Diplomática. In: SMIT, Johanna W.; LIMA, Yêdda Dias. **Organização de arquivos**. XIV Curso de especialização. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2000. p.50-68. (Gênese Documental, 2).

BENOIT, L. O. **Sociologia comteana: gênese e devir**. Prefácio de Isabel Maria Loreiro. São Paulo: Discurso editorial, 1999. 427p. (Coleção Clássicos e Comentadores).

BLANQUET, M.-F. La fonction documentaire: etude dans une perspective historique. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, p.199-204, 1993.

BLOCH, M. A observação histórica. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à História**. Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.]: Forum da História/Publicações Europa-América, 1997. p.103-121. cap. 2.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M. **Cultura material**. Trad. Rui Santana Brito. In:

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v.16.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

\_\_\_\_\_. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, p.804-809, 1997.

BURKE, P. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

\_\_\_\_\_. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v.176, n.1, p.101-108, 1945. Disponível em: <[www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bush.htm](http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bush.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2004.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <[www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)>. Acesso em: 30 out. 2005.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CASTELO BRANCO, P. H. V. B. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Shmitt e Reinhart Koselleck. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

COMTE, A. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Opúsculos de Filosofia Social: 1819-1828**. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972. p.55-136. (Biblioteca dos Séculos).

\_\_\_\_\_. Primeira Lição: exposição da finalidade deste curso, ou considerações gerais sobre a natureza e a importância da filosofia positiva. In: \_\_\_\_\_. **Curso de Filosofia positiva: Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti e trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p.3-20. (Os pensadores).

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old Concepts. **Archival Science**, n. 1, p.3-24, 2001.

DAY, R. Paul Otlet's book and the writing of social space. **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p.310-317, 1997.

DICK, A. L. Epistemological positions and Library and Information Science. **Library Quarterly**, v.69, n.3, p.305-323, 1999.

DODEBEI, V. L. D. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 185p. Tese (Doutorado em Comunicação) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <[http://teses.ufjf.br/ECO\\_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf](http://teses.ufjf.br/ECO_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2008.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Tradução de Manuel Vásquez. Carmona: S & C Ediciones, 1995. 170p.

ESCARPIT, R. **Teoría General de la Información y de la Comunicación**. Barcelona: Icaria, 1981.

FAYET-SCRIBE, S. **Histoire de la documentation en France**: culture, science et technologie de l'information: 1895-1937. Paris: CNRS, 2001.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la "Ciencia de la Información" en el mundo anglosajón. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, v.9, n.33, p.41-61, 1993.

\_\_\_\_\_. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v.17, n.13, p.320-331, 1994.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 262p.

GALENDE DÍAZ, J. C.; GARCÍA RUIPÉREZ, M. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística, **Revista General de Información y Documentación**, 2003, v.13, n.2, p.7-35. Disponível em: <<http://revistas.sim.ucm.es:2004/byd/11321873/articulos/RGID0303220007A.PDF>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

GARCÍA MARCO, F. J. El concepto de información: una aproximación transdisciplinar. **Revista Geneneral de Información y Documentación**, v.8, n.1, p.303-326, 1998.

GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: \_\_\_\_\_. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.63-93.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ciência da Informação**, v.1, n.1, jan./abr. p.77.99, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. 250p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C.; RABELLO, R. A contribuição metodológica da diplomática para a análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, E. I. S.; ARAUJO, J. C. G. (Org.). **Paleografia e Diplomática no curso de Arquivologia - UFSM**. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2007. p.137-157.

HEREDIA HERRERA, A. Diplomática y Arquivística. In: \_\_\_\_\_. **Diplomática general**: teoría y practica. Sevilla: Diputavión Provincial, 1988, p.36-43.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Trad. António Correia Armenio Amado. Coimbra: [s.n.], 1973.



KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (Ed.). **La vida social de las cosas**: perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, 1991. p.89-122.

KOSELLECK, R. Histórica y hermenéutica. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997. p.65-94. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

\_\_\_\_\_. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In:\_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p.97-188.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260p. (Debates; 115).

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Edições 70, 1999. 207p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.253-288.

\_\_\_\_\_. Documento/monumento. In:\_\_\_\_\_. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

LÓPEZ YEPES, J. **La documentación como disciplina**: teoría e historia. 2. ed. actual. y ampli. Panplona: EUNSA, 1995. 337p.

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998.

MEYRIAT, J. Document, documentation e documentologie, *Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation*, n.19, p.51-63, 1981.

\_\_\_\_\_. Un siècle de documentation : la chose et le mot. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v.30, n.4-5, p.192-198, 1993.

MURGUÍA, E. I. A produção social do documento: valor, informação e instituição: um lugar de reflexão para as Ciências Humanas. In: HOFFMANN, W. A. M.; FURNIVAL, C. (Org.). **Olhar**: ciência, tecnologia e sociedade. São Carlos: Centro de CECH-UFSCar, 2008. p. 225-235.

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In:\_\_\_\_\_. **Archivística**: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p.25-44.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/art\_03.htm>. Acesso em: 3 maio 2005.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre : théorie et pratique. Bruxelles : Mundaneum, 1934.

PAULIUS RABIKASKAS, S. J. **Diplomática general**. Tradutor: P. Manuel Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000.

PEREIRA, L. R. **A História e “o Diálogo que Somos”**: a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. 89f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

PÉREZ GUTIÉRREZ, M. **El fenómeno de la información**: una aproximación conceptual. Madrid: Trotta, 2000.

PESEZ, J.-M. A história da cultura material. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978.

PRATT, A. D. The information of the image. **Libri**, v.27, n.3, p.204-220, 1977.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Complementariedades disciplinares entre la Diplomática y la Documentación a partir del proceso de Análisis Documental: elementos para una reflexión. In: GARCÍA MARCO, F. J. (Org.). **Ibersid 2008**: revista de sistemas de información y documentación: avances y perspectivas en sistemas de información y documentación. Zaragoza: Ibersid; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008. p. 147-154.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía. Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. **Hasta la documentación electrónica**. 2.ed. Madrid: Mundarnau, 1995.

\_\_\_\_\_. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.4, p.235-259, may 1994.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p.265-282, 1996.

REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.

RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad).

\_\_\_\_\_. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago08/Art\\_06.htm](http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm)>. Acesso em: 8 set. 2008.

RIESCO TERRERO, A. La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., **Annales...** Madrid: Universidad Complutense, 2000. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Ariesco.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. **El documento**: entre la tradición y la renovación. Granada: Ediciones Trea, 2002. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 67).

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160p.

SANTOS, P. de M. dos. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico. 2006. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p.5-27.

\_\_\_\_\_. Information Science. **JASIS - Journal of The American Society for Information Science**, v.50, n.12, p.1051-1063, 1999.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v.11, n.3/4, p.177-198, jul./dez. 1978.

VILLACAÑAS, J. L.; ONCINA, F. Introducción. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 1997. p.9-54. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

WOLEDGE, G. “Bibliography” and “Documentation”: words and ideas. **Journal of Documentation**, v.39, n.4, p.266-279, 1983.